

O PROBLEMA DO PARADOXO EM UMA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Marion Carel e Oswald Ducrot

E.H.E.S.S.

RESUMO: Este é o primeiro da seqüência de dois textos de Carel e Ducrot aqui publicados, nos quais estes autores apresentam alguns conceitos de base da Semântica dos Blocos Argumentativos, proposta como uma nova versão da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), de Anscombe e Ducrot. Neste primeiro texto, a partir de uma discussão do paradoxo como questão para uma semântica lingüística, Carel e Ducrot tomam como centro da análise os discursos em então e no entanto para demonstrar a concepção segundo a qual o caráter argumentativo de um encadeamento é definido pela interdependência entre os seus dois segmentos. Esta nova proposta abre mão da noção de topos e introduz os conceitos de bloco semântico, de aspecto normativo e transgressivo, de argumentação interna e externa, de ligação argumentativa estrutural e contextual e de encadeamento (enunciado, palavra) lingüisticamente doxais e paradoxais.

ABSTRACT: This is the first of the sequence of two texts by Carel and Ducrot published here, in which these authors present some basic concepts of the Semantics of Argumentative Blocs, proposed as a new version of the Theory of Argumentation in Language (AIL), of Anscombe and Ducrot. In this first text, starting from a discussion of paradox as a question for a linguistic semantics, Carel and Ducrot take as the center of their analysis the discourses in so and however to demonstrate the conception according to which the argumentative character of an enchainment is defined by the interdependence between its two segments. This new proposal lets go of the notion of topos and introduces the concepts of semantic bloc, transgressive and normative aspects, internal and external argumentation, structural and contextual argumentative liason and of linguistically doxal and paradoxal enchainement (utterance, word).

1. Paradoxo e semântica lingüística

O PARADOXO põe um problema à pesquisa lingüística? Para responder, iremos inicialmente – e de uma maneira absolutamente provisória – definir a expressão paradoxal (palavra, sintagma ou discurso)

como aquela que exprime uma opinião contrária à opinião comum: falaremos, então, de ESP, “expressão socialmente paradoxal”. No que nos diz respeito, como se verá em seguida, não podemos adotar esta noção de ESP, posto que todo o nosso trabalho visa justamente a evitar dizer que a linguagem “exprime opiniões”. Mas, como ela é geralmente tida como clara, nós nos serviremos dela por enquanto, a fim de fazer o histórico de um problema.

Uma tal noção é habitualmente considerada como estranha à semântica lingüística, e classificada entre os conceitos da pragmática ou da análise de discurso. Supõe-se, com efeito, que cada palavra exprime, independentemente das outras, uma certa noção, e que a sintaxe estabelece relações semânticas entre estas noções, relações que constituem “opiniões”, objetos de crença. Em relação ao fato de que algumas destas opiniões sejam socialmente admitidas, e outras socialmente rejeitadas, a lingüística não tem o que fazer; ela tem que se contentar – isto já não é tão fácil – em calcular no que consistem umas e outras.

A “teoria da argumentação na língua” (doravante ANL), por outro lado, esteve em desacordo com as ESP, e desde a sua fundação. O projeto geral desta concepção semântica é definir certas entidades lingüísticas pela sua relação com os encadeamentos argumentativos do discurso – projeto progressivamente estendido a todas as entidades lingüísticas. Assim (é o exemplo fetiche da teoria), a diferença entre *pouco* e *um pouco* é descrita pelo fato de que a introdução de uma dessas expressões num enunciado permite encadear a ele conclusões que a outra não permite. Pode-se dizer “Ele trabalhou um pouco, ele vai ser bem-sucedido, então”, mas não “Ele trabalhou pouco, ele vai ser bem-sucedido, então”. Ao que se faz imediatamente a objeção de que o segundo discurso é, na verdade, tão dizível quanto o primeiro e que o seu ar de paradoxo não tem nada a ver com uma impossibilidade lingüística. De sorte que a existência de ESP parece fornecer contra-exemplos evidentes à vontade de descrever a oposição entre *pouco* e *um pouco* pelos seus potenciais argumentativos opostos.

É para responder a objeções deste tipo que foram construídas as noções de “topos” e de “forma tópica”. Em vez de sustentar que só um dos dois encadeamentos precedentes é possível, e de atribuir estrelas às ESP, Anscombe e Ducrot foram levados a dizer que essas duas argumentações se fundem sobre princípios argumentativos, ou topoï, opostos, um ligando trabalho e sucesso, o outro, trabalho e fracasso. O efeito oposto de *pouco*

e *um pouco* não está ligado ao fato de que eles não autorizam as mesmas conclusões, mas ao de que eles não permitem o emprego dos mesmos topoï (mais precisamente, das mesmas formas tópicas: *um pouco* exige, no exemplo precedente, uma forma tópica cuja primeira parte é “Quanto mais se trabalha...”; *pouco*, uma forma tópica cuja primeira parte é “Quanto menos se trabalha...”).

Mais embaraçosa ainda é a maneira como as ESP pareceram fazer fracassar a ANL, uma vez que esta introduziu a idéia de topos intrínseco, e pôs que a significação mesma das palavras lexicais é constituída, e constituída tão somente por “pacotes de topoï”. Assim, se introduzia na semântica da palavra “trabalho” “crenças” como “o trabalho cansa”, ou “o trabalho conduz ao sucesso”, crenças às quais se atribui o papel de fundar as argumentações possíveis a partir dos enunciados nos quais esta palavra intervém. (Desde esta etapa da teoria, a significação da palavra consiste “unicamente” neste conjunto de topoï: estes não derivam de um simples aspecto conotativo, acrescentado a um núcleo denotativo do tipo referencial.) Isto admitido, como interpretar um enunciado que, justamente, negaria a *trabalho* tal ou tal propriedade cuja atribuição a esta palavra faz, segundo nós, parte do seu sentido; por exemplo, o enunciado *O trabalho descansa*, enunciado que se pode tomar por uma ESP à medida que ele contradiz um topos que parece bem fazer parte das crenças comuns? A lingüística argumentativa parece, assim, obrigada a dizer que este enunciado contém uma contradição interna, e que ele é então *a priori* absurdo. Achamos desagradável encontrar este conformismo no cerne de nossa teoria.¹

Ducrot (1989) tenta, através de uma análise de texto, responder a esta questão. O aceno vem da noção de polifonia. A idéia de base é que, ao utilizar uma palavra, um locutor convoca *enunciadores*, ditos *lexicais*, que colocam os topoï incluídos na significação desta palavra. Assim, ao empregar a palavra *trabalho*, introduz-se no seu discurso uma voz colocando que o trabalho cansa, que ele oferece chances de sucesso, que ele merece salário... etc. Estes enunciadores permitem circunscrever um certo número de objetos (no nosso exemplo, atividades), aos quais se atribuem, geralmente, as propriedades previstas pelos topoï da palavra. Se, agora, o locutor defende que o trabalho descansa, ele faz intervir um novo enunciador, ao qual se identifica: este enunciador predica, a propósito das atividades identificadas graças aos topoï da palavra, uma propriedade, “descansar”, contrária a um dos seus topoï. Um tal movimento parece quase

atestado pelo uso habitual das aspas. Ao defender que a “pacificação” sustenta a guerra, o locutor identifica, por meio da palavra *pacificação*, um certo tipo de política, assim qualificada pelas pessoas das quais ele mesmo se distancia, e afirma, em seguida, por conta própria, o caráter belicista desta política. Não há, neste movimento, contradição interna alguma, não se está dizendo que pacificar é trazer a guerra. Está-se referindo a uma certa realidade histórica ao citar um discurso que não se toma como seu, e se a está qualificando de uma maneira que, esta sim, é tomada como sua.

Esta solução é certamente cômoda e, no quadro da semântica de hoje, facilmente aceita. Razões de coerência interna nos obrigam, no entanto, a recusá-la, porque ela repousa em uma concepção referencialista da predicação (“predicar é atribuir uma propriedade a um objeto”): assim, o último enunciador, no exemplo do trabalho que descansa, declararia repousantes as atividades referidas a partir das crenças expressas pelo primeiro. É o referente que coloca em relação os dois enunciadores. Ora, a semântica que queremos construir se pretende puramente discursiva, e não pode fazer intervir, em suas descrições, objetos extralingüísticos, notadamente a realidade da qual se supõe que o discurso fale (cf. Carel, no prelo).

Em Bruxelles, Ducrot, Racah (1995), que retoma para si a noção de topos, dando-lhe uma nova forma, o tipo de ESP que acabamos de apontar é definido como “visando a uma conclusão oposta àquela que resultaria dos topoï intrínsecos das palavras da frase enunciada” (p. 107-8). Um dos exemplos utilizados é: *Esta mala está leve, Jean não vai poder carregá-la*. O paradoxo diz respeito aqui ao fato de que o adjetivo *leve* ou não tem sentido, ou contém de maneira intrínseca uma orientação em direção a conclusões como *pode-se então carregá-la*. Estas ESP são chamadas, no artigo citado, de “semanticamente paradoxais”, e cuidadosamente distintas de outras ESP ditas “culturalmente paradoxais”, como *Esta mala está leve, Jean não vai carregá-la*. Aqui, a conclusão expressa no segundo segmento não é diretamente oposta àquelas que implicam os topoï intrínsecos das palavras utilizadas no primeiro, mas a uma combinação entre estes topoï e certas crenças sociais: uma crença social segundo a qual a possibilidade de fazer alguma coisa é razão para fazê-la favorecer, se ela for composta pelo topos intrínseco de *leve*, a conclusão de que Jean carregará a mala, conclusão contrária àquela que aparece no discurso.

O artigo em questão dá conta da possibilidade de certos discursos culturalmente paradoxais, ao constituir uma combinatória geral dos topoi, que explica aliás, igualmente, os encadeamentos “habituais” que não se contentam em reproduzir os topoi intrínsecos da proposição que serve de argumento (como seria o caso em *A mala está leve, Jean vai poder carregá-la, então*) e, ao mesmo tempo, não se opõem nem a esses topoi nem à sua combinação com as crenças comuns (assim quando se conclui, pela leveza da mala, o fato de que Jean vai carregá-la). Mas nada é dito dos enunciados “semanticamente paradoxais”, a não ser que eles são “difíceis de aceitar” e que eles merecem um asterisco – salvo no caso em que o paradoxo é reconhecido no próprio enunciado por um advérbio como *paradoxalmente*. Fica como problema, no entanto, saber como este advérbio é suficiente para dar um sentido a alguma coisa que não tem nenhum; e não se explica, tampouco, que dois enunciados semanticamente paradoxais diferentes, e indexados um e outro pelo advérbio *paradoxalmente*, não tenham o mesmo sentido. Se não há diferença semântica entre eles, é que a parte paradoxal de um tem um sentido diferente da parte paradoxal do outro, o que suporia que estas partes paradoxais tenham cada uma um sentido.

O objeto do nosso presente artigo é justamente dar conta dos “enunciados semanticamente paradoxais” (expandindo, por outro lado, veremos, a extensão que tem o conceito no texto de 1995). Gostaríamos de mostrar que longe de ser contra-exemplos à semântica argumentativa, eles são previsíveis a partir dela, e que têm propriedades lingüísticas específicas. Dessa forma, então, vamos isolar uma subclasse de ESP (lembramos que esta noção de ESP não faz parte dos nossos próprios conceitos), subclasse que conterà, notadamente, os “enunciados semanticamente paradoxais” de Bruxelles, Ducrot, Raccah (1995) e, mais geralmente, todas as ESP que colocam habitualmente problema para a ANL. Esta categoria de expressões (nós as chamaremos daqui para frente de ELP, “expressões lingüisticamente paradoxais”) pode, segundo nós, ser definida nos termos da nossa semântica. Além disso, é possível atribuir às ELP um funcionamento lingüístico comum, exprimível nesses mesmos termos. Enfim, as ELP podem, do nosso ponto de vista, não ser etiquetadas como ininteligíveis, contraditórias ou absurdas. Para justificar essas conclusões, nos é necessário de saída apresentar, sem dar uma justificativa, e nos limitando ao que é necessário para o nosso tratamento do paradoxo,

certos temas da nossa semântica². Desenvolvida a partir de 1992, esta “semântica dos blocos argumentativos” constitui um tipo de nova versão da ANL que evita a noção de topos – contrária, segundo nós, às intenções da teoria, mesmo se ela exprime aspectos importantes dela.

2. A semântica dos blocos argumentativos

2.1 Os discursos em ENTÃO não são inferências

É comum isolar nos discursos que comportam a palavra *então* dois elementos de sentido: o que argumenta e o que é concluído. Nós nos opomos a este postulado – nós o chamaremos *logicista*.

Durante uma reunião de laboratório, Paul lê a ordem do dia e declara:

(1) *a questão das promoções apresenta problema; eu proponho, então, adiar a sua discussão*

Segundo um logicista, o locutor de (1) qualifica da mesma maneira a questão das promoções que o locutor de (2):

(2) *a questão das promoções apresenta problema: eu proponho, então, resolvê-la imediatamente*

Seria somente em um segundo tempo que eles se oporiam: o locutor de (1) admitiria ainda (1.1) *o que apresenta problema deve ser adiado* e o de (2) admitiria ainda (2.1) *o que apresenta problema deve ser rapidamente resolvido*. Mas o que assinala a predicação por “apresentar problema” senão precisamente uma dificuldade, um impedimento, ou um risco de conseqüências nefastas? Ora, o que é um impedimento senão um “motivo” de adiamento? E o que é uma questão podendo ter conseqüências nefastas senão uma questão devendo, “então”, ser resolvida de maneira urgente? Não sobra nada na significação de *apresentar problema* se se eliminam a idéia (1.1) e a idéia (2.1). Os locutores de (1) e de (2) não começam concordando sobre a realidade de um certo estado de coisas para, em seguida, se opor sobre suas conseqüências. Eles não concordam em nada.

Esta primeira observação pode parecer insuficiente para desqualificar as abordagens inferenciais de *então*. Ela tende, com efeito, a mostrar que o que é concluído já está no que argumenta, e poderia então aproximar os discursos (1) e (2) de demonstrações matemáticas. Assim como as hipóteses de um teorema matemático contêm sua conclusão, o primeiro segmento sintático de um discurso em *então* conteria o que diz o seu segundo segmento. Mas isso é admitir que o segundo segmento sintático

dos discursos em *então* tem um sentido em si mesmo. Ora, comparemos agora (1) e (3):

(3) *a questão das promoções não apresenta problema; eu proponho, então, adiar sua discussão.*

Mesmo se os segundos segmentos de (1) e de (3) são materialmente idênticos, eles não têm o mesmo valor semântico e não se pode dizer que seus locutores fazem a mesma proposta. O adiamento, em (1), consiste em evitar um obstáculo; em (3), ele consiste em negligenciar o que não é urgente. Um é uma sorte de fuga diante da dificuldade; outro, um desinteresse pelo que não é grave. Nos dois casos, o primeiro segmento do encadeamento é constitutivo do sentido do segundo; mais precisamente, o segundo tira seu sentido de estar encadeado por *então* com o primeiro. Assim, não há, nem em (1), nem em (3), nenhum movimento, nenhum encaminhamento, nenhum progresso informativo. Seus segmentos sintáticos se esclarecem mutuamente: se eles fazem sentido, é juntos. É esta forma de interdependência de suas palavras, e não uma relação de justificativa que, segundo nós, faz com que estes discursos sejam ‘argumentativos’.

Esta definição da argumentação pela interdependência leva a uma generalização importante. Consideremos (4) e (5):

(4) *se a questão das promoções apresenta problema, eu proponho adiar a sua discussão*

(5) *eu proponho adiar a discussão da questão das promoções, pois ela apresenta problema.*

Se são certamente diferentes de (1), (4) e (5) estabelecem, entretanto, a mesma interdependência entre os grupos de palavras *apresentar problema* e *adiar a discussão*. A análise precedente não caracteriza, então, somente o tipo de emprego de *então* que (1) realiza. Ela valeria, da mesma forma, para os empregos de *se* e de *porque* em (4) e (5). Nós diremos que (1), (4) e (5) são três discursos em ENTÃO (abreviado daqui para frente por ET) e negligenciaremos, em seguida, o que pode distinguir estes empregos de *então*, *se* e *pois*. Enfim, o discurso:

(6) *o funcionamento da revista apresentava um forte problema; eu então propus adiar sua discussão* estabelece a mesma interdependência. Nós o reagruparemos, com (1), (4) e (5), no seio de um mesmo conjunto, ao qual atribuiremos a notação “problema ET adiamento”. Estes encadeamentos ‘pertencem’ a “problema ET adiamento”.

2.2 Os discursos em *NO ENTANTO* são argumentativos tanto quanto os discursos em *ENTÃO*

O que faz, segundo nós, a argumentatividade dos discursos em ET é, acabamos de ver, uma certa interdependência semântica, ligada a ET, das palavras que os constituem. Ora, existe um outro tipo de discurso no qual este fenômeno aparece; são os discursos em NO ENTANTO (por abreviação NE).

Comparemos, com efeito, (7) e (8):

(7) *a questão das promoções apresentava problema; no entanto, Paul propôs resolvê-la imediatamente*

(8) *a questão das promoções apresentava problema; no entanto, Paul propôs adiar sua solução*

e, mais precisamente, as interpretações puramente opositivas de (7) e (8), aquelas segundo as quais os locutores não têm explicação para a proposição de Paul; aquelas que seriam, por exemplo, passíveis do prefixo *é estranho*. Sob esta interpretação de (7), a questão das promoções apresentava problema à medida que sua dificuldade teria sido, para Paul, um obstáculo – que ele negligenciou. Por outro lado, em (8), a questão apresentava problema à medida que o risco de conseqüências nefastas teria sido, para Paul, um motivo para enfrentá-la. Não é no mesmo sentido que a questão das promoções, segundo (7) e (8), *apresentava problema*: o segundo segmento de (7) esclarece o primeiro (diríamos o mesmo de (8)). Inversamente, o que Paul propõe, segundo (7), é diferente do que propõe Jean, segundo (9):

(9) *a questão das promoções não apresentava problema; no entanto, Jean propôs resolvê-la imediatamente.*

Jean deseja não levar em conta que não há nada de grave, Paul deseja transpor um obstáculo. Nós reencontramos, então, uma interdependência das palavras que constituem (7). Esta mesma interdependência está presente ainda em (10) e (11):

(10) *Mesmo se a questão das promoções apresentar problema, Paul vai propor resolvê-las imediatamente*

(11) *Apesar dos difíceis problemas que apresenta, proponho que comecemos imediatamente pela questão do funcionamento da revista*
Também colocaremos (7), (10) e (11) no interior de um mesmo conjunto “problema NE NÃO-adiamento”. Os discursos utilizando *no entanto*, *mesmo se*, ou *apesar de*. da mesma forma que (7), (10) ou (11), serão

todos qualificados como discursos em NE. Nós negligenciaremos, enfim, as diferenças temporais ou graduais, como fizemos a respeito dos encadeamentos em ET.

Mas a proximidade entre (1) e (7) não se resume a este estatuto comum de discurso semanticamente unitário. Estes enunciados contêm, além disso, uma mesma idéia de obstáculo, por outro lado ausente de (8) e (12), os quais, por sua vez, introduzem uma idéia de gravidade. As ligações que (1) e (7) estabelecem entre suas palavras são elas mesmas aproximadas. Para dar conta disso, nós criaremos um terceiro conjunto, no qual colocaremos tanto os elementos de “problema ET adiamento”, quanto os de “problema NE NÃO-adiamento”. Nós qualificaremos este terceiro conjunto de ‘bloco’. (1) e (7) pertencem ao mesmo bloco, e isso se dá na mesma medida: o discurso (1) em ET não tem prioridade alguma sobre o discurso (7) em NE; o discurso em NE não repousa em nenhum discurso prévio em ET que ele admitiria. De maneira mais geral, todo bloco tem, assim, dois ‘aspectos argumentativos’ (um aspecto sendo, por sua vez, um conjunto de encadeamentos): um ‘aspecto normativo’, “P ET Q”, reagrupando os discursos em ET, um ‘aspecto transgressivo’, “P NE NÃO-Q”, reagrupando os discursos em NE.

2.3 Argumentação interna e argumentação externa

Ao definir o caráter argumentativo de um encadeamento pela interdependência semântica de seus dois segmentos, fomos conduzidos a distinguir dois tipos fundamentais de argumentação, normativa em ET, transgressiva em NE. Estes dois tipos de encadeamentos são, para nós, as unidades semânticas fundamentais. Nós somos levados, então, a um outro tema, distinguindo novamente nosso quadro teórico da versão padrão da ANL. Para nós, uma argumentação pode estar associada a uma expressão de dois modos diferentes. Se a expressão estudada intervém em um dos encadeamentos do aspecto argumentativo que lhe é associado, se dirá que este aspecto deriva da ‘argumentação externa’ da expressão estudada. Se não, se dirá que ele deriva da sua ‘argumentação interna’. Isto nos permitirá descrever toda palavra ou enunciado pelos encadeamentos em ET ou em NE que tal palavra ou enunciado evoca.

É pela argumentação externa que Anscombe e Ducrot se interessaram. Descrevendo todo enunciado como um argumento para certas conclusões,

eles associavam ao enunciado instruções quanto a suas seqüências possíveis. Mais tecnicamente, eles o associavam aos avalizadores (topoi) dos encadeamentos em *então* dos quais ele podia ser o argumento. Nós retomamos esta idéia, ainda que sob uma forma um pouco diferente, ao associar a cada enunciado os aspectos dos encadeamentos em ET ou em NE dos quais ele pode ser um segmento material. Consideremos, por exemplo, a ocorrência de *Paul é prudente* em (12):

(12) *Paul é prudente, mas Marie não confia nele.*

Este discurso em *mas* articula (não diremos “encadeia”, porque reservamos este termo para ET e NE) dois enunciados:

(12.1) *Paul é prudente*

(12.2) *Marie não confia nele.*

Há como um diálogo no interior de (12), conflituoso ou simplesmente corretivo, marcado por *mas*. Esta articulação impõe que (12.1) e (12.2) sejam vistos como as expressões de dois pontos de vista “opostos” e lhes dá, assim, o estatuto de unidades semânticas independentes: ela os associa a discursos argumentativos. (12.1) tem como sentido, neste discurso, evocar (13):

(13) *Pierre é prudente; então, Marie confia nele*

que pertence ao aspecto argumentativo “prudente ET confiança”. À medida que (12.1) (= *Paul é prudente*) é um segmento de (13), nós colocaremos este aspecto na argumentação “externa” de (12.1). Do mesmo modo, “prudente NE NÃO-confiança” deriva da argumentação externa de (12.2) (= *Marie não confia nele*) posto que (12.2) resume um encadeamento (14):

(14) *Pierre é prudente; no entanto, Marie não confia nele*

pertencente a “prudente NT NÃO-confiança” e no qual (12.2) intervém materialmente. Assim, nossa noção de argumentação externa generaliza a noção de potencial conclusivo utilizado por Anscombe e Ducrot, posto que nós associamos a certos enunciados não somente suas seqüências possíveis em ET, mas também encadeamentos em NE e, igualmente, encadeamentos dos quais eles são o segundo termo.

É um novo tipo de alargamento que constitui a introdução da argumentação “interna” nos enunciados. Desta vez, a idéia é associar certos enunciados a encadeamentos que lhes são interiores. Consideremos o discurso (15):

(15) *este bom aluno foi, ainda assim, aprovado e, inversamente, este mau aluno foi, ainda assim, reprovado*

(15) articula, por meio de *e inversamente*, dois enunciados (15.1) e 15.2), dos quais se admitirá conosco que eles têm aqui um caráter um pouco “curioso”:

(15.1) *este bom aluno foi, ainda assim, aprovado*

(15.2) *este mau aluno foi, ainda assim, reprovado.*

Nós estudaremos somente (15.1). Se este enunciado é “curioso”, é porque nele se realiza a argumentação “curiosa” (16) – da qual diremos mais tarde que é paradoxal:

(16) *é um bom aluno; no entanto, foi aprovado*

(16) explicita a ligação argumentativa que, no interior de (15.1), liga o sujeito gramatical *bom aluno* e o predicado *ser aprovado*. Como (16) pertence ao aspecto transgressivo “bom aluno NE ser aprovado”, afirmaremos que este aspecto é evocado por (15.1). Notar-se-á, ainda, que (15.1) não se identifica a nenhum dos dois segmentos, nem de (16), nem dos outros encadeamentos pertencentes a “bom aluno NE ser aprovado”. Diremos, então, que este aspecto deriva da argumentação interna de (15.1). De maneira paralela, o aspecto “mau aluno NE ser reprovado” deriva da argumentação “interna” de (15.2).

Enfim, como anunciamos, os enunciados não são as únicas entidades providas de uma argumentação, interna ou externa. Pode-se, também, associar algumas destas argumentações aos sintagmas nominais ou às palavras. Assim, a palavra *prudente* evoca o encadeamento argumentativo *Paul é prudente; então, ele não vai se acidentar* e, além disso, o aspecto argumentativo “prudente ET segurança”. À medida que *prudente* intervém no interior do encadeamento em questão, diremos que este aspecto deriva da argumentação “externa” de *prudente*.

Mas *prudente* evoca também encadeamentos como *Se houver perigo, Paul vai tomar precauções* e, além disso, o aspecto “perigo ET precaução”. À medida que *prudente* não intervém neste encadeamento, diremos que “perigo ET precaução”, de algum modo interior a *prudente*, deriva da sua argumentação “interna”.

Um último exemplo, um pouco mais complicado:

(17) *os filhos de executivos são louros.*

Este enunciado evoca, se ele é compreendido como definidor, toda uma família de discursos argumentativos, como:

Se é filho de executivo, é louro.

O aspecto “filho de executivo ET louro” deriva, então, da argumentação interna de (17). Mas (17) faz mais. Definidor, ele associa a expressão

filho de executivo ao aspecto “filho de executivo ET louro” que se torna, neste discurso, constitutivo da argumentação externa de *filho de executivo*.³

2.4 Certas argumentações são estruturalmente ligadas às palavras da língua

A associação de uma expressão e de um aspecto argumentativo pode ser efetuada ou pela língua, ou pelo discurso: no primeiro caso, se dirá que o aspecto argumentativo é ‘estrutural’ à expressão à qual está associado; no segundo, que ele é ‘contextualmente’ ligado a ela. Por exemplo, a língua mesma associa, de forma estrutural, *prudente* e “perigo ET precaução”: alguém prudente é, por definição mesmo, alguém que toma precauções quando há perigo. Entretanto, é o discurso que, em (17), associa *filho de executivo* e “filho de executivo ET louro”: este aspecto é contextual com relação a *filho de executivo*.

O estrutural pode ser, nós o vimos a respeito de “perigo ET precaução” e *prudente*, interno à expressão que ele define. Mas o estrutural pode também ser externo. A própria língua associa *prudente* a discursos como (18) e (19):

(18) *Paul foi prudente; então, chegou ileso*

(19) *Paul foi prudente; no entanto, não chegou ileso.*

Diremos que “prudente ET segurança” e “prudente NE NÃO-segurança”, estruturalmente ligados a *prudente*, lhe são termos estruturais.⁴

Este exemplo nos permite introduzir uma propriedade importante do externo estrutural: toda vez que um aspecto argumentativo deriva do externo estrutural, o outro aspecto do mesmo bloco também deriva. A língua associa à palavra *prudente* não somente “prudente ET segurança”, mas também “prudente NE NÃO-segurança”. A argumentação estrutural externa é assim constituída por blocos. Esta propriedade é importante porque ela nos permite responder a uma objeção habitual no que concerne ao estrutural: perguntam-nos o que distingue, por exemplo, (18) de *Paul foi prudente*. Posto que, segundo nós, a própria língua associa *prudente* e (18), por que o locutor de (18) não se contentou em dizer *Paul foi prudente*? Nossa resposta é que *prudente* é da mesma forma associado a (19): *Paul foi prudente* é ambíguo quanto ao aspecto sob o qual seu locutor evoca o

bloco comum a (18) e (19). (18) levanta esta ambigüidade ao marcar que o locutor faz a escolha do aspecto normativo.

Enfim, “prudente ET NÃO-segurança” é contextual em relação a *prudente*: é o discurso *as pessoas prudentes sofrem sempre acidentes*, e não a língua em si, que associa *prudente* e “prudente ET NÃO-segurança”. Poderíamos, então, tentar estabelecer uma regra geral segundo a qual quando “P ET Q” é estrutural a uma expressão E, “P ET NÃO-Q” é contextual a E. Porém não é esse o caso. Por exemplo, os blocos (1) e (2) são por nós ligados um e outro de modo estrutural à frase (F) *a questão das promoções apresenta problema*:

(1) a questão das promoções apresenta problema; proponho, então, ‘adiar’ sua discussão

(2) a questão das promoções apresenta problema; proponho, então, *resolvê-la imediatamente*.

Sofreremos objeção de que isto é atribuir a (F) uma contradição ou uma tautologia. Com efeito, prosseguiria o objetor, ou esta associação de (1) e (2) a (F) significa que, segundo (F), a questão deve ser *e* adiada, *e* não-adiada, e (F) é, então, contraditória; ou esta associação de (1) e (2) a (F) significa que, segundo (F), a questão deve ser *ou* adiada *ou* não adiada, e (F) é, então, tautológica. Mas estas conseqüências desastrosas supõem que os segundos segmentos de (1) e de (2) exprimem, respectivamente, uma noção absoluta de adiamento, e a negação lógica desta noção: o que, precisamente, nós rejeitamos. Segundo nós, o locutor de (1) propõe dar conta de um obstáculo e o locutor de (2) não propõe não dar conta do obstáculo, mas dar conta de uma urgência. As proposições feitas pelos locutores de (1) e (2) não são, então, para nós, as negações lógicas uma da outra e, ao introduzir os blocos de (1) e (2) na significação de (F), nós não introduziremos em (F) nenhuma contradição lógica.

3. O paradoxo na semântica dos blocos argumentativos

3.1 Definição dos encadeamentos lingüisticamente paradoxais

Para caracterizar, de maneira geral, as expressões lingüisticamente doxais e paradoxais, nós começaremos definindo a noção de ‘encadeamento lingüisticamente doxal’ e, em seguida, a de ‘encadeamento lingüisticamente paradoxal’. Isto permitirá, logo após, definir os ‘enunciados’ lingüisticamente doxais ou paradoxais e, enfim, as ‘palavras’ lingüisticamente doxais ou paradoxais.

Um ‘encadeamento’ E é lingüisticamente doxal (LD) se o aspecto ao qual ele pertence já está inscrito na significação estrutural de um segmento E.⁵ Por exemplo, o encadeamento *havia perigo, então Paul tomou suas precauções* é LD, já que o aspecto ao qual ele pertence, “perigo ET precaução”, está inscrito na própria significação de *havia perigo*: o que seria o perigo senão um “motivo” para tomar precauções? Por outro lado, o encadeamento (20):

(20) *Paul foi prudente, então ele não chegou ileso*

não é LD, porque “prudente ET NÃO-segurança” não é, já o dissemos, estrutural a *Paul é prudente*. Nossa pergunta é, lembremos, “a língua associa ‘prudente ET NÃO-segurança’ a *Paul é prudente*?”. É a esta pergunta que respondemos “não”, resposta que nos faz dizer que (20) não é LD. Por outro lado, como observa Kida (1998:94), responderíamos “sim” à pergunta “a língua associa ‘prudente ET NÃO-segurança’ a todo o encadeamento (20)?” É mesmo a língua (a significação da palavra *então*, o papel argumentativo dos predicados ou ainda o da negação) que nos conduz a aproximar (20) dos diversos elementos de “prudente ET NÃO-segurança”.

Resta definir o encadeamento lingüisticamente paradoxal. Primeiro, uma convenção: dado um encadeamento *a con b*, de primeiro segmento *a* e de segundo segmento *b*, utilizaremos a notação *a con’ b* para o encadeamento obtido pela simples “inversão” do conectivo. Por exemplo, se *a con b* é “*ainda que*” *tenha sido perigoso, Paul o fez*, então *a con’ b* é “*porque*” *era perigoso, Paul o fez*. Para que um ‘encadeamento’ *a con b* seja ‘lingüisticamente paradoxal’, nós exigiremos ao mesmo tempo que *a con b* não seja LD e que *a con’ b* seja LD. Dois exemplos, (21) e (8), para explicar o papel das duas cláusulas precedentes:

(21) *Paul é rico, então tem muitos amigos*

(8) *a questão das promoções apresentava problema; no entanto, Paul propôs adiar sua solução.*

Escolhamos agora para *a con b* o discurso (21). (21) tem a primeira propriedade característica dos LP, já que não é LD: “rico ET amigos” não está inscrito na significação de *Paul é rico*.⁶ Dito de outro modo, contrariamente aos locutores de encadeamentos doxais, o locutor de (21) não se contenta, no interior de um bloco fornecido pela língua, em fazer a escolha de um aspecto contra o outro. “Mas”, nos farão objeção, “de onde vem, então, o bloco que o locutor de (21) utiliza sob seu aspecto normativo?”

Ele só pode ser uma crença extralingüística. Ora, se este bloco é mesmo uma crença, é forçoso admitir que ele liga duas idéias: o que é crer que os ricos têm muitos amigos senão ligar duas idéias absolutas de Riqueza e de Amigos? Recusar ver em (21) um encadeamento LD é, ao mesmo tempo, admitir descrever os discursos por noções não argumentativas.” Nossa resposta será a seguinte: a objeção supõe que o locutor de (21) procura justificar sua conclusão e utiliza o bloco para este fim. Tornando avalizador do encadeamento, o bloco de (21) só pode, então, preexistir a ele: de onde a delicada questão de saber de onde ele vem. Mas os discursos em ET não são, segundo nós, justificativas dos seus segundos segmentos. O que faz desses encadeamentos discursos argumentativos é a interdependência semântica dos seus constituintes. Às vezes, estes laços já estão inscritos na língua: o encadeamento *havia perigo, então Paul tomou precauções* deriva, nós o dissemos, das significações de *havia perigo* e *Paul tomou precauções*. Mas estes laços podem ser, também, construídos pelo discurso. O locutor de (21) não justifica o fato eventual de que Paul tem amigos: ele afirma que a riqueza traz amigos. Ele não supõe que as palavras *rico* e *amigo* denotem noções absolutas que teriam sido ligadas antes do seu discurso: ele próprio liga estas duas palavras e assim acrescenta seu encadeamento ao sentido das palavras *rico* e *amigo*. Para tornar sensível esta fabricação discursiva do sentido, é suficiente considerar o encadeamento, novamente não LD, (22):

(22) *Paul é rico, então ele não tem amigos*

Os amigos em questão em (21), essas pessoas que freqüentam a casa de Paul por causa da sua riqueza, não têm nada a ver com os amigos em questão em (22), estas pessoas que fazem falta a Paul por causa da sua riqueza: é possível introduzir *verdadeiro* em (22) e, assim, constituir, sem grande modificação de sentido, *Paul é rico, então ele não tem amigos verdadeiros*; a mesma introdução em (21) conduz a um discurso (*Paul é rico, então ele tem muitos amigos verdadeiros*) totalmente diferente de (21). Admitir, como o fazemos, que (21) não é LD, não nos conduz a admitir que os discursos mobilizam entidades não-argumentativas.

(21) é apesar disso, LP? Para responder, resta estudar o encadeamento obtido pela “inversão” do conectivo de (21), a saber:

(23) *Paul é rico, no entanto tem muitos amigos.*

Ora, (23) não é mais LD que (21): “rico NE amigo” não é intrínseco a *Paul é rico*. Assim, (21) não tem a segunda propriedade característica dos LP – o que o exclui desta categoria.

Escolhamos agora para *a con b* o discurso (8): *a questão das promoções apresentava problema; no entanto, Paul propôs adiar sua solução.* (8) tem a segunda propriedade dos LP. Com efeito, *a con' b* se identifica aqui a (24):

(24) *a questão das promoções apresentava problema; 'então', Paul propôs adiar sua solução*

e (24) é LD já que “problema ET adiamento” é estrutural ao primeiro segmento de (24): a idéia de obstáculo, comum aos elementos de “problema ET adiamento”, faz parte da significação mesma de *a questão das promoções apresentava problema*. Por outro lado, (8) não tem a primeira propriedade característica dos LP, já que ele próprio é também LD: a significação de *a questão das promoções apresentava problema* contém também a idéia da urgência representada por “problema NE adiamento”. (8) não é, então, LP.

Por outro lado, (20) *Paul foi prudente; então, ele não chegou ileso* é um LP. Com efeito, o próprio (20), nós vimos, não é LD e, de outra parte, o encadeamento seguinte, obtido pela simples “inversão” do conectivo de (20), é LD:

Paul foi prudente, ‘no entanto’ não chegou ileso

(“prudente NE NÃO-segurança” é estruturalmente ligado a *Paul é prudente*). As duas condições características dos LP são verificadas para (20).

No início deste artigo, criticamos certos tratamentos dos paradoxais que levam a vê-los como contraditórios e vazios de sentido. Um encadeamento paradoxal do tipo *a então b* seria contraditório porque colocaria ao mesmo tempo a verdade de *a*, uma inferência (imposta pela língua) de *a a b*, e uma inferência (ligada ao contexto) de *a a não b* – o que toda lógica reprova. Para nós, é evidente que o paradoxo não corre o risco de ser etiquetado “contraditório”, porque nós não nos servimos da noção de inferência, notadamente não para descrever *então*. De outra parte, somos levados a admitir paradoxais, não somente em ET, mas também em NE, que não correrem o risco de cair na crítica precedente. Resta dar um sentido aos encadeamentos paradoxais, o que faremos em duas etapas.

A primeira é para notar que o encadeamento paradoxal recoloca em questão as próprias palavras da língua. Seja nosso exemplo de um paradoxo em ET: *Paul foi prudente (a), então ele não chegou ileso (não-b)*.

Empregar esta frase é uma das maneiras de contestar a própria palavra *prudência*. Ora, contestar uma palavra é contestar uma instituição, o que é tão difícil para a instituição lingüística quanto para a instituição social: nos dois casos se deve, estando, por força das coisas, situado no interior de um certo quadro, recolocar este quadro em questão. O paradoxo, tal como o descrevemos, é uma tentativa de quebrar as palavras da tribo.

Mas, segunda etapa, ele contribui também, de um modo agora positivo, para um tipo de criação semântica. Porque a expressão *a* (*Paul é prudente*) não comporta o único bloco do qual fazem parte os aspectos “A ET B” e “A NE NÃO-B”. Sua significação constitui um tipo de “pacote” no qual se encontram blocos ligando no discurso *a* a *c*, *d*, *e* (por exemplo, *prudência* a *reflexão*), assim como aspectos constitutivos da sua argumentação interna “X ET Y”, “X’ NE Y’” (por exemplo “perigo ET precaução”). O discurso paradoxal *a então não b*, mantendo estes últimos, acrescenta a eles um outro aspecto argumentativo “A ET NÃO-B”. Cria-se, então, um novo “pacote”, aproximam-se novos discursos um do outro. A significação do segundo segmento do encadeamento paradoxal é, aliás, totalmente atingida. Assim é quando Brassens faz dizer a um ex-mantenedor, explicando como ele se endireitou: *Como eu não era mais que um vagabundo, eu me tornei honesto*. Um novo bloco, ligando as palavras *vagabundo* e *honesto* é construído e introduzido nestas palavras. Aqui, é *honesto* que é transformado da forma mais espetacular, “vagabundo ET honesto”, estando, a partir daí, associado aos outros aspectos que constituem sua significação, por exemplo, “honesto ET respeitado”. Nesse sentido, o paradoxo se aproxima dos encadeamentos que não são nem doxais nem paradoxais (como *Paul é rico, então ele tem muitos amigos*). A diferença é que para construir, ele começa, nós o dissemos, desconstruindo. A contestação se prolonga, então, se o paradoxo é levado a sério, em uma mini-revolução.

3.2 Paradoxo e transgressão

A definição precedente leva a distinguir a idéia de encadeamento LP e a de encadeamento em NE (i.e. “transgressivo”). Segundo nós, NE não tem nenhuma vocação particular para formar LPs. Certamente, ele implica a recusa do ET correspondente, quer dizer, do que nós chamamos de um encadeamento normativo, mas ele reconhece ao mesmo tempo a sua legitimidade. Aspectos normativos e transgressivos, no sentido aqui dado a esses termos, são indissociáveis. Cada um supõe o outro: eles derivam de um mesmo bloco. O que faz um LP, ao contrário, não é preferir um

aspecto de um bloco a um outro, é se opor a um certo tipo de bloco, aquele que é lexicalizado na argumentação externa intrínseca de uma dessas palavras.

Nós mostraremos esta distinção entre LP e transgressivo a propósito de um poema de Kipling, na tradução de A. Maurois (*Les Silences du Colonel Bramble*, cap.14). O homem digno deste nome é aí caracterizado pelo fato de que ele se opõe a uma série de associações habituais. Por exemplo:

Se você pode ser amante sem estar louco de amor,
E se sentindo traído sem por sua vez trair,
No entanto lutar e se defender...

Compreendemos a preposição *sem* como marcando aqui um NE (em outros empregos, ele pode marcar um ET), o que leva às transcrições *ele ama*, “no entanto” *mantém a razão*; *ele é traído*, “no entanto” *não trai*, e é mesmo um encaixamento de NE que marcam os dois últimos versos; (“*ainda que*” *traído*, *ele não trai*), “no entanto” *ele luta*. Ora, nenhum desses NE possui, se nos detivermos na nossa definição, um caráter paradoxal. Cada um é certamente a contraparte negativa de um ET, mas forma com ele um bloco que não tem nada de paradoxal no nosso sentido: a significação da palavra *amante*, em língua, não comporta no seu externo estrutural o aspecto “amar ET manter a razão”. Ainda que o nosso objetivo não seja fazer coincidir nosso conceito de “paradoxo” com o uso habitual da palavra, acontece que, desta vez, nós estamos de acordo com o uso: nem neste poema nem em outro, é hábito colar em Kipling a etiqueta “homem de paradoxos”.

Se os transgressivos não derivam necessariamente da nossa categoria do paradoxal, reciprocamente esta categoria contém encadeamentos não transgressivos e, mais precisamente, normativos. Demos um exemplo disto no parágrafo precedente. Vamos mais longe. Se um enunciado, da parte da sua significação externa estrutural, evoca encadeamentos como ...no entanto *x*, é freqüentemente suficiente, para fabricar um encadeamento paradoxal, continuar o enunciado por uma variante qualquer de ...então *x*; por exemplo, continuar *Paul é corajoso* (que é lingüisticamente associada a *ele é corajoso*, “no entanto” *eu o desprezo*) por ...então *eu o desprezo*. Notar-se-á que a noção de paradoxais em ET é estranha à versão “tópica” da ANL. Lá estava dito que um encadeamento em ET é fundado em uma “forma tópica” (por exemplo, “quanto mais isso, mais aquilo”) “apresentada” como um lugar comum, como uma crença

admitida. Quando a forma tópica utilizada contradizia visivelmente um lugar comum, era necessário, então, supor que o locutor ou bem ignorava esta discordância, ou procurava um efeito irônico. Na versão que apresentamos agora, esta conseqüência não é mais necessária: um LP normativo pode ser ao mesmo tempo perfeitamente conhecido e perfeitamente sério.

Uma palavra, enfim, sobre o fato de que o advérbio *paradoxalmente* pode ser introduzido com freqüência dentro ou antes dos discursos em NE, mesmo quando estes não pertencem à nossa categoria dos LP: *O dia está bonito; no entanto, paradoxalmente, isto não me dá prazer algum.* De um modo geral, emprega-se este advérbio para sublinhar o caráter bizarro do que se diz. Podemos, então, prever, a partir da definição que demos de NE, que *paradoxalmente* serve para qualificar, entre outros, todos os enunciados transgressivos, mesmo os que não são “paradoxais” no nosso sentido. Isso mostra somente que a nossa pesquisa não é de ordem lexicológica, que ela não visa descrever a palavra do português *paradoxalmente*. Ela visa construir um conceito metalingüístico, do qual esperamos mostrar a utilidade. Ora, não pensamos que a melhor metalinguagem para descrever a língua seja necessariamente uma metalinguagem incluída nela.

3.3 Enunciados e palavras paradoxais

A noção de encadeamento LP permite, agora, definir as de enunciado LP, e, enfim, de palavra LP.

Um ‘enunciado’ é ‘lingüisticamente paradoxal’ (LP) se sua argumentação interna comporta encadeamentos lingüisticamente paradoxais. Assim, uma psicóloga entrevistada no rádio dava esta definição do adulto:

(25) *ele faz mesmo o que os seus pais o aconselham.*

(25) é LP. Para ver isto, deve-se determinar a argumentação interna deste enunciado. No exemplo (15.1), *este bom aluno foi, ainda assim, aprovado*, nós tínhamos posto um liame argumentativo no interior mesmo deste enunciado, entre seu sujeito e seu predicado. O aspecto “bom aluno NT aprovação”, interno a (15.1), exprime a dependência semântica das expressões *bom aluno* e *aprovado* em (15.1). Em (25), é entre o verbo *faz* e o seu complemento *o que seus pais o aconselham* que se efetua o liame argumentativo, *mesmo* marcando que esta argumentação é transgressiva. (25) evoca encadeamentos como:

(26) *seus pais aconselham a fazê-lo, no entanto ele o faz.*

Na nossa terminologia, a argumentação interna de (25) comporta (26). Ora, o encadeamento (26) é LP, já que a língua associa *seus pais aconselham a fazê-lo*, não a (26), mas a:

Seus pais aconselham a fazê-lo, 'então' ele o faz.

Que uma ação seja *aconselhada pelos pais* é, por definição mesmo desta expressão, um motivo de fazê-la: o *conselho* "de um pai", é, para a língua, um "bom" *conselho*. Assim, a argumentação interna de (25) ("aconselhado NE feito") é constituída de encadeamentos LP (como (26)), e (25) é, então, LP. "Porque" seus pais o aconselhavam, o adolescente se recusava a fazer certas coisas – é o que diz a psicóloga. Quanto ao adulto, ele não abandonaria o vocabulário paradoxal que o adolescente criou para si próprio: ele se contentaria em escolher, no interior deste paradoxo, a transgressão, e não mais a norma.

Após esta psicóloga, Cornélio. Na última cena da tragédia de Cornélio *Tito e Berenice*, é Berenice quem decide deixar Tito, enquanto todo obstáculo à sua união acaba de ser removido. Decisão que ela anuncia a Tito no verso:

É de tanto amor que eu me separo do seu.

Que se nos permita a vulgaridade de descrever este enunciado pelo aspecto normativo "amor ET separação", que Tito retoma um pouco mais adiante: *Senhora, nesta recusa um tal amor se rompe*. E a peça termina em uma felicidade que lembra o fim da cena 4 do ato III do *Cid* (*Oh, milagre do amor!*). Para nós, o verso de Berenice deriva do paradoxo, à medida que a palavra *amor* comporta estruturalmente o aspecto "amor NE separação". O paradoxo serve, então, para construir, segundo o que propusemos em 3.1, uma nova significação desta palavra, que é propriamente corneliana. Nós gostaríamos de opô-la à sua significação de raiz, conforme à linguagem ordinária, já que ela conserva o aspecto "amor NE separação", que é um aspecto externo estrutural de *amor*. Com efeito, tomamos por doxal este verso da última cena de Berenice:

Eu o amo, eu fujo dele; Tito me ama, ele me deixa.

Constituído (uma justificativa bem longa seria necessária) de dois encadeamentos em NE, ele repousa em um aspecto que nós colocamos no externo estrutural da palavra *amor*. Estes NE explicariam o desespero acumulado neste fim de peça (que termina com 'Ai de mim!'), e permitiria, se não se recear a simplificação, dizer que Racine emprega as palavras tais como elas são, enquanto Cornélio tenta deixá-las como deseja.⁷

Depois de ter introduzido o enunciado paradoxal, nós diremos, enfim, que uma ‘palavra’ é ‘lingüisticamente paradoxal’ (LP) quando sua argumentação interna comporta encadeamentos lingüisticamente paradoxais. É o caso, por exemplo, de *masoquista* ou de *destemido*. Admitimos, com efeito, que *masoquista* comporta, em sua argumentação interna estrutural, encadeamentos como *Paul sofre, “então” está contente* (o que distingue o masoquismo da resignação à dor, associada a *Paul sofre, “no entanto” está contente*). Ora, este encadeamento entra tipicamente na nossa categoria do paradoxal. Com efeito, (1) não é doxal, já que seu primeiro segmento, construído em torno da palavra *sofrer*, não tem na sua argumentação estrutural externa “sofrimento ET satisfação”; (2) *sofrer* comporta, na argumentação externa que é estruturalmente ligada a ele, o aspecto “sofrimento NE satisfação”. O que significaria, com efeito, a palavra *sofrimento* se ela não fosse orientada, por meio de *então*, em direção à recusa e, por meio de *no entanto*, em direção à aceitação – o que os dicionários exprimem, trazendo *dor* (em francês, *mal*) como um dos sinônimos de *sofrimento* (*estou com dor nas costas*)?

Diremos o mesmo de *destemido*, cuja argumentação interna estrutural comporta encadeamentos como *há perigo, então Paul vai fazê-lo* (enquanto a temeridade ou a coragem física supõem somente que se é capaz de fazer certas coisas “ainda que” sejam perigosas⁸). Ora, nós colocamos na argumentação externa estrutural de *perigo* o aspecto “perigo NE fazer”, e não “perigo ET fazer” (que deriva de um outro bloco). É o que reconhecem implicitamente os dicionários que definem *perigo* com a ajuda da palavra *ameaça*. A argumentação interna estrutural de *destemido* comporta, então, como a de *masoquista*, encadeamentos LP.

Como paradoxal em NE, não encontramos nada além de algumas acepções de *valentão*. Assim, o valentão, ao pretender ser *destemido*, fica cuidadosamente afastado do perigo e quer dar a impressão de que ele se detém de fazer as coisas perigosas que gostaria de fazer, construindo, assim, discursos do tipo “perigo NE NÃO-fazer”. Este mesmo aspecto poderia ser associado, acompanhado de outras indicações, do sintagma nominal *destemido reprimido* ou *destemido falso ou (pseudo-)*. De maneira mais geral, podemos obter um paradoxal em NE colocando este tipo de modificador ao lado de um paradoxal em ET.

A existência de palavras paradoxais é importante, no nosso quadro teórico, para responder à seguinte objeção: “As suas expressões

'paradoxais' têm simplesmente em comum o fato de se oporem a 'crenças sociais', e se vocês encontraram nelas uma certa 'oposição' à língua, é simplesmente porque a língua incorpora essas crenças da sociedade". Pelas necessidades que a discussão impõe, aceitaremos, por um (breve) instante, utilizar o conceito de *crença*. A existência de palavras paradoxais mostra, ao contrário, segundo nós, que a língua pode cristalizar no léxico crenças "opostas" ao senso comum. Uma outra objeção, próxima à primeira, seria nos censurar pela seguinte contradição: "Vocês acreditam compatíveis a idéia de que "perigo ET fazer" seja paradoxal e o fato de que este aspecto entre no sentido de uma palavra do léxico lingüístico (*destemido*). Ora, para mostrar o seu caráter paradoxal, vocês alegam que ela se opõe a um aspecto "perigo NE fazer", que, segundo vocês, é lexicalmente, lingüisticamente, ligado à palavra *perigo*. Assim, então, o mesmo aspecto, "perigo ET fazer", é, segundo vocês, oposto à língua e inscrito na língua." Na realidade, nós tomamos cuidado (ao preço, confessamos, de uma certa complexidade terminológica), para não definir o paradoxo como o que "se opõe", "de um modo geral", à significação lexical e, ainda menos, como contradizendo a língua, como antilingüístico. É paradoxal, para nós, o encadeamento que "se opõe" à significação lexical "de um dos seus segmentos". Nós podemos, então, ao mesmo tempo, (1) sustentar que "perigo ET fazer" entra na argumentação interna estrutural de uma palavra lexical (*destemido*), e (2) qualificar este aspecto de paradoxal, pelo fato de que ele se opõe à argumentação externa estrutural de "*perigo*". O encadeamento paradoxal pode, então, derivar da língua (se for lexicalizado), e ao mesmo tempo se opor a encadeamentos lexicalizados em tal ou tal dos segmentos que ele associa.

A palavra paradoxal tem, então, certas analogias com o palavrão, cuja existência mesma parece contraditória. De um lado, trata-se de uma palavra como as outras, elemento do léxico lingüístico; de outro lado, sua significação lingüística comporta, como propriedade essencial, a proibição de empregar esta palavra: a língua contém palavras caracterizadas pelo fato de que ela proíbe enunciá-las. A língua parece, assim, se opor a si própria. De modo paralelo, mas menos flagrante, a palavra paradoxal, que pertence à língua, tem na sua significação uma argumentação que "se opõe" à significação de outras palavras do léxico.

3.4 Os pseudo-LP

Nós entendemos por aí discursos que, tomados isoladamente, fora do seu contexto, derivam de um bloco paradoxal (eles evocam, por exemplo, um encadeamento paradoxal *a ET c*, único caso que consideraremos), mas de tal forma que sua seqüência permite anular, ou modificar, a ligação entre *a* e *c*. Reteremos daí dois tipos:

1. O contexto leva a dissolver a análise *a ET c* em uma análise: *a ET c* e *b ET c*. Assim, o herói de uma canção de Brassens declara seu ódio pelo tempo bom: *o tempo bom me desgosta e me faz ranger os dentes, o azul bonito me dá ra-a-iva*. Retiradas do seu contexto, cada uma dessas proposições deriva de um aspecto “tempo bom ET descontentamento”, que é paradoxal, visto que as expressões *tempo bom* ou *azul bonito* contêm em sua argumentação externa estrutural uma avaliação favorável (...*então está bem*), lexicalmente marcada pelo adjetivo *bonito*. Diremos, entretanto, que paradoxais na sua primeira ocorrência, estas proposições deixam de sê-lo no fim da canção. Vê-se, então, que cada uma condensa dois encadeamentos em ET não paradoxais: *Se o tempo está bom, minha namorada não vem e se ela não vem eu sou infeliz*. Não é o azul bonito, como tal, que causa desgosto. Mais geralmente, é um procedimento bastante freqüente chamar a atenção com um pseudo-paradoxal, resolvido em seguida na banalidade.

2. A análise em *a ET c* deve dar lugar, em vista do contexto, a uma análise *b ET (a NE c)*. Assim, o encadeamento *É caro demais, então Paul vai comprá-lo* é, tomado isoladamente, LP, já que as qualificações *caro*, e sobretudo *caro demais*, contêm, na sua própria significação, a indicação de que se trata de obstáculos à compra. Dito isto, o encadeamento pode ser incluído em um contexto visando a mostrar o esnobismo de Paul, que o leva sistematicamente a fazer o que não se faz (cf. o esnobe de Vian, que *passa o mês de agosto na cama* e define o esnobismo por *pequenos detalhes como este*: aqui, *este* envia a ficar na cama “ainda que” se esteja em agosto). Pode-se, então, propor a análise *Paul quer se distinguir (=b)*, então [*ele compra as coisas (=c) “ainda que” elas sejam caras demais (=a)*], análise que faz incidir um ET sobre um encadeamento em NE, encaixando o transgressivo no normativo. O que corresponde a uma definição possível do esnobismo: ele consistiria em integrar a transgressão, reconhecida como tal, em uma norma de um novo gênero.

Nós aplicaremos as noções que acabam de ser apresentadas à análise de uma máxima de La Rochefoucauld (*Maximes posthumes*, nº 4): *A ruína do próximo agrada os amigos e os inimigos*. É a primeira metade da máxima que nos diz respeito, e ela é suscetível de numerosas interpretações diferentes, que a nossa teoria permite explicitar. Pode-se, em primeiro lugar, compreender que *ruína dos amigos* e *prazer* estão ligados por NE: pode-se encontrar satisfação em ver mudar a situação de um amigo (por que não?), *mesmo se* esta mudança consiste na sua ruína. Esta interpretação em NE, que não é paradoxal no nosso sentido, torna a máxima assimétrica, já que a sua segunda parte, que declara agradável a ruína dos inimigos, é claramente em ET. Pode-se preferir a esta interpretação a seguinte, que cai na nossa categoria do pseudo-paradoxal: a máxima, tomada sozinha, realizaria um aspecto “ruína de um amigo ET prazer”, cujo caráter paradoxal desperta a curiosidade, mas se suporia que o leitor ultrapassasse este paradoxo, encontrando uma razão - por exemplo, *a ruína de um amigo é uma oportunidade de ajudá-lo*: ter-se ia, então, a análise “ruína ET oportunidade de ajudar” + “oportunidade de ajudar ET satisfação”, o que corresponde ao primeiro tipo de pseudo-paradoxal. Mas por que, então, La Rochefoucauld teria recusado publicá-la, tendo-a deixado entre os seus papéis? A terceira possibilidade que dá nossa teoria é postular que se trata de um autêntico LP: a ruína do amigo é, enquanto tal, satisfatória. Precedendo Freud, La Rochefoucauld colocaria na amizade a fonte mesma de um prazer maldoso (de uma “Schadenfreude”). Explicar-se-ia, então, a não publicação, mas se honraria muito o autor.

Para terminar, uma pergunta. Os encadeamentos *a* (=Paul é corajoso) ET *b* (=Eu o desprezo) são paradoxais, no sentido que damos a esse termo, porque *a* não comporta, estruturalmente, o encadeamento *a ET b*, e porque, por outro lado, ele comporta *a NE b*. Ora, como saber que *a ET b* não é “estruturalmente” associado a *a*? Não podemos responder que *a ET b* não é gramatical, já que justamente este discurso paradoxal se encontra e já que nós nos recusamos a marcá-lo com um asterisco. Nossa resposta será fundada nos estudos de detalhe apresentados no artigo que segue. Mostramos, então, que os discursos etiquetados “paradoxais” têm um comportamento lingüístico muito diferente dos outros, o que permite colocá-los em uma categoria especial, suscetível de ser identificada com critérios independentes das noções utilizadas na sua definição (sem recorrer, por exemplo, à oposição contextual-estrutural). Ao mesmo tempo, ao nos justificarmos por ter isolado a classe dos paradoxais, nós

nos justificaremos também por ter introduzido a noção de ligação estrutural de um aspecto a uma expressão, até aqui puramente intuitiva, já que ela é necessária à definição dos paradoxais.

Tradução: Sheila Elias de Oliveira

Notas

¹ Notar-se-á que a semântica da palavra *paradoxo* desliza constantemente entre estas duas idéias: “contrário à opinião comum” e “contraditório”. Alexandrescu, 1997, (*Introduction*) insiste notadamente neste ponto.

² Para uma exposição mais detalhada, cf. Carel (1994, 1995) e Ducrot (no prelo).

³ Vê-se que um aspecto não é “em si mesmo” interno ou externo: “filho de executivo ET louro”, interno a (17), é externo a *filho de executivo*.

⁴ Nossa noção de argumentação estrutural se distingue, então, da noção de intrínseco definida por Anscombe (1995: 58-65). Com efeito, o teste que Anscombe propõe para isolar as argumentações intrínsecas o conduz a julgar extrínsecas todas as argumentações externas que nós julgamos estruturais. Em outros termos, convém-nos um instante falar de argumentação CD-estrutural e de argumentação A-intrínseca para marcar esta distinção entre a nossa noção de argumentação estrutural e o intrínseco de Anscombe: todas as argumentações externas CD-estruturais são A-extrínsecas. Quanto à argumentação interna, Anscombe não se interessa por ela.

⁵ De fato, para nós, se um aspecto é estruturalmente ligado a um segmento de E, o é também ao outro.

⁶ Nós nos unimos, então, a Anscombe (1995: 53-4) que já propôs dizer que (21) não é ‘intrínseco’ (em nossa terminologia, ‘estrutural’) a *Paul é rico*. Por outro lado, não adotamos a justificativa que Anscombe dá para esta escolha porque ela se ancora em noções de inferência e de conclusões contrárias.

⁷ O mesmo paradoxo “corneliano” (talvez lugar comum da época, o que não anula, para nós, seu estatuto lingüístico de paradoxo), aparece em *Bajazet* (ato 3, cena 1), em que Atalide *declara Eu amo meu amante o bastante para desistir dele*. Mas se pode admitir que Atalide, um instante, não fala em personagem raciniano. Aliás, Racine, na seqüência, a faz agir de uma maneira que desmente este verso. O paradoxo está no discurso do personagem, mas não no de Racine enquanto autor da peça e responsável pela intriga tanto quanto pelas palavras.

⁸ Uma análise mais fina deveria distinguir as expressões *temeridade* e *coragem física*. Em sua argumentação externa elas são orientadas, a primeira, na direção de uma apreciação desfavorável, a segunda, na direção de uma apreciação favorável, e, na sua argumentação estrutural interna, *coragem* diz respeito a um perigo do qual se tem consciência, o que não é necessariamente o caso para *temeridade*.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRESCU, Vlad. *Le Paradoxe chez Blaise Pascal*. Peter Lang, 1997.

- ANSCOMBRE, Jean-Claude. La nature des topoï. Em Anscombe, J.C (ed.). **Théorie des topoï**. Kimé, 1995, p. 49-83.
- CAREL, Marion. **Trop, argumentation interne, argumentation externe et positivité**. Em Anscombe, J.C. (ed.). **Théorie des topoï. Kimé, 1995, p. 177-206.**
- DUCROT, Oswald. Une sémantique énonciative peut-elle être structurale? **Actes du Colloque Michel Bréal** (no prelo). San Marin: Université de Bologne, 1997.